

ONG só usa o que o Sinpol construiu

Falso Bola Preta deixa prédio cair

Os sobrados centenários que desabaram no último dia 15/05 na Rua do Lavradio nº 90 e Rua da Relação nº 1, no Centro, vieram abaixo por falta de manutenção do Centro Cultural Cordão do Bola Preta, ONG criada para receber recursos públicos, depois que o tradicional cordão perdeu sua sede por dívidas na Av. 13 de maio, em 2008. Os sobrados pertencem a RioTrilhos e em 2009 foram cedidos em comodato ao Centro Cultural que utiliza a marca “Bola Preta” – confundindo com o nome do bloco carnavalesco, que continua sem sede e endividado.



Sobrado Histórico de pé



O sobrado de 1901 veio abaixo. À direita a sede que o SINPOL construiu

O contrato com a RioTrilhos prevê na quarta cláusula que “cabe ao Centro Cultural conservar os imóveis, mantendo-os perfeitamente limpos e em bom estado. Já a cláusula décima segunda é mais clara: “em caso de inexecução e descumprimento total ou parcial do comodato, a rescisão será automática, independente de notificação judicial ou extrajudicial”.

A ocupação do imóvel pelo Centro Cultural é questionada na Justiça pelo SINPOL – e também pelos só-

cios do Bola Preta – que em 2004 e 2005 fez obras construindo sua sede nos números 3, 5, 7 e 9 da Rua da Relação, onde não houve problemas. Sócios fundadores do Bola Preta reclamam no Judiciário que o Centro Cultural indevidamente utiliza o nome do clube sem consultar os associados.

Esse conjunto de lotes pertence a RioTrilhos e, em 2006, foi autorizado pelo governo o comodato com o SINPOL (publicado no Diário

Oficial de 20/12/2006). O SINPOL gastou R\$ 600 mil na construção do



Imprensa ouve Bandeira sobre omissão do falso Bola Preta

imóvel para ser a sede do Sindicato dos Policiais Cíveis. “Se a RioTrilhos tivesse feito o comodato com o Sindicato, obedecendo à autorização do governo, o prédio não teria caído porque toda a reforma seria concluída”, garantiu Bandeira.

Para o governo autorizar o comodato entre a RioTrilhos e o SINPOL, foi exigido que o Sindicato desistisse do processo de indenização dos R\$ 600 mil gastos na construção da sede.

ONG deverá deixar imóvel

“Queremos que seja cumprido o que está no contrato de comodato. Eles descumpriram cláusulas importantes e, por isso, a ONG Centro Cultural Bola Preta não deve mais utilizar o imóvel”, afirma Fernando Bandeira. Embora alertados do perigo de desabamento pela Defesa Civil, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea-RJ), moradores e comerciantes da região, tanto a RioTrilhos, quanto o Centro Cultural que usa o espaço construído pelo Sindicato, nada fizeram para proteger os sobrados tombado pelo Patrimônio Histórico construído no século XIX.

Em função de não terem feito os reparos, restaurações e adequações pertinentes ao casarão centenário, integrante da “Área de Proteção Cultural e Ambiental da Cruz Vermelha e Arredores e da Zona Especial do Corredor Cultural”, é que o proprietário deve retomar o imóvel, reconstruindo o sobrado como estava – devolvendo, ainda, a sede do SINPOL erguida na Rua da Relação, e onde o Sindicato funcionou em 2005.

Cidade da Polícia: Só em 2013!

Na edição nº 31 do jornal do SINPOL mostramos o atraso nas obras da Cidade da Polícia, complexo onde concentrará 14 delegacias especializadas, stand de tiros, todo sistema delegacia legal e das delegacias especializadas, em que o Secretário de Segurança Pública, Beltrame, havia prometido a conclusão e inauguração em outubro de 2011.

Para melhorar as técnicas em ação dentro das comunidades, os policiais civis passarão a contar com um novo local

para treinamentos: uma favela cenográfica com barracos, lajes e becos, construída especialmente para simular confrontos e esconderijos de traficantes.

A inauguração, que seria em 2010, agora está prevista para janeiro do próximo ano. “Este atraso ocorreu porque foi necessária a despoluição do subsolo do terreno contaminado por produtos tóxicos manipulados pela Souza Cruz, fabricante de cigarros que antes ocupava o espaço”, informaram os responsáveis pela obra.

Funcionará também no mesmo local a Coordenadoria de Recursos Especiais (Core), o Esquadrão Antibombas, o Centro de Inteligência da Polícia Civil (Cinpol), uma central de flagrantes, um heliponto, o Centro de Microfilmagem da Polícia Civil, um estacionamento para 1.200 vagas e o Departamento Geral de Tecnologia e Informática da Polícia Civil.



Ainda há muita obra por fazer



Futura favela cenográfica

SINPOL em Brasília discute a categoria e defende anistia para os heróis

Em 8 de maio foi realizada em Brasília audiência pública para debater as políticas de valorização dos profissionais da segurança pública. A iniciativa do debate, realizado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, foi do deputado Mendonça Prado (DEM-SE). Na opinião dele, a falta de estrutura e de condições dignas de trabalho tem prejudicado a atuação das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros. “Assim como os demais trabalhadores, os policiais e bombeiros militares assim como os demais trabalhadores merecem ter seus direitos resguardados”, disse Prado.

O presidente do SINPOL, Fernando Bandeira, criticou a decisão do governador Sérgio Cabral de punir os profissionais da segurança pública por participarem da greve aprovada na Cinelândia, com mais de 10 mil policiais civis, militares e bombeiros. Bandeira defende a reintegração de todos os bombeiros e policiais militares expulsos. “É urgente parar com esse regime ditatorial instituído por Cabral no Rio. Os Bombeiros e policiais foram tratados de forma arbitrária”, ressaltou o sindicalista.

Parlamentares defendem os profissionais da segurança

Vários deputados estaduais de todo o país participaram da audiência e criticaram os governos de seus estados pela relação “autoritária” com as categorias. A deputada Janira Rocha (PSOL/RJ) questionou a expulsão dos 19 policiais militares e 14 bombeiros envolvidos com o movimento grevista deste ano. Informou que ainda existe a possibilidade de novas expulsões e defendeu a anistia e reintegração de todos os expulsos. “Queremos dar dignidade para os servidores da segurança pública”, ressaltou a parlamentar. Também o suplente de deputado federal, Cabo Juliano Rabelo (PSB-MT), defendeu a reintegração dos policiais e bombeiros.

Para o sargento Aragão (PPS), deputado estadual de

Tocantins, os PMs são tratados com “subcidadãos sem direito a ter opinião”. Capitão Tadeu (PSB), parlamentar da Bahia, também criticou o Executivo de seu Estado: “O governo acredita que pode manter a disciplina somente por meio de regulamento.”

A desembargadora Salete Macalóz, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (RJ e ES), criticou a falta de ação do Legislativo em relação aos profissionais da segurança pública: “os parlamentares têm que parar de falar muito e profissionalizar as categorias militares”.

O presidente da Comissão, deputado Efraim Filho (DEM-PB), disse que o Legislativo está agindo nessa área. Citou como exemplos as PECs, 300/08 e 446/09 que concede piso nacional para policiais e bombeiros e a PEC 308/04 que eleva os agentes penitenciários à categoria de Polícia Penal.



Bandeira, do Sinpol, e Daciolo, CBMRJ, na Comissão de Segurança Pública